

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da “J. NEVES D. - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoal, LDA.” (Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 160.265 euros e um total de Capital Próprio de 132.817 euros, incluindo um resultado líquido de 12.528 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7 - Tal como mencionado no Relatório de Gestão, a Empresa foi aceite, como corretora de seguros, pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, no final do exercício de 2015, situação que exigiu a nomeação de um Revisor Oficial de Contas à Empresa, situação que anteriormente era dispensável. Desta forma, dada a circunstância de termos sido designados para exercer essas funções para o exercício de 2015 e não possuindo a Empresa anteriormente revisão legal, não nos podemos pronunciar sobre os saldos e valores constantes das demonstrações financeiras que transitaram do exercício de 2014.

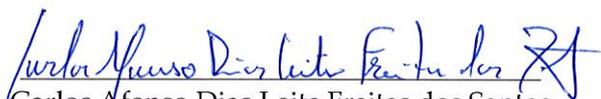
OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da "J. NEVES D. - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoal, LDA.", em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

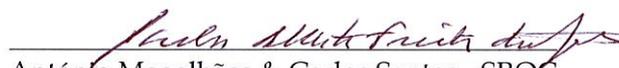
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 20 de julho de 2016



Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. nº.1314 - ROC Executor
Registo na CMVM nº.20160924



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº.177
Registo na CMVM nº.20160037

J. NEVES D. - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoAL, LDA

SEDE: AVENIDA DA REPÚBLICA, 1786 - 1º SALA 1
4430-194 VILA NOVA DE GAIA

NIPC: 507 520 505 **CAPITAL SOCIAL:** 50.000,00 €

MATRICULA: CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DO
PORTO SOB N.º 507520505

CONTEÚDO:

- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
- DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- RELATÓRIO DE GESTÃO
- ANEXO

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

| | |
|--|----|
| Balanço Individual a 31 de Dezembro de 2015 | 4 |
| Demonstração dos Resultados por Naturezas | 5 |
| Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio | 6 |
| Demonstração Individual de Fluxos de Caixa..... | 7 |
| RELATÓRIO DE GESTÃO..... | 8 |
| Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais..... | 12 |
| 1. Nota introdutória | 12 |
| 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras..... | 12 |
| 3. Principais políticas contabilísticas | 14 |
| 4. Ativos fixos tangíveis | 20 |
| 5. Outros ativos financeiros..... | 21 |
| 6. Acionistas/Sócios..... | 21 |
| 7. Clientes..... | 21 |
| 8. Estado e outros entes públicos..... | 22 |
| 9. Outras contas a receber | 23 |
| 10. Diferimentos..... | 23 |
| 11. Caixa e depósitos bancários | 24 |
| 12. Capital realizado..... | 24 |
| 13. Reserva legal..... | 24 |
| 14. Resultados transitados..... | 24 |
| 15. Capitais próprios | 25 |
| 16. Financiamentos obtidos | 25 |
| 17. Outras contas a pagar | 26 |
| 18. Fornecedores | 27 |
| 19. Vendas e prestações de serviços..... | 27 |
| 20. Fornecimentos e serviços externos..... | 28 |
| 21. Gastos com o pessoal..... | 28 |
| 22. Outros rendimentos e ganhos | 29 |
| 23. Outros gastos e perdas | 29 |
| 24. Resultados financeiros..... | 30 |
| 25. Eventos subsequentes | 30 |
| 26. Informações exigidas por diplomas legais..... | 30 |
| 27. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS | 31 |

1/2

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Balanço Individual a 31 de Dezembro de 2015

| | NOTAS | 31 Dez 2015 | 31 Dez 2014 |
|--|-----------|---------------------|---------------------|
| (Valores expressos em Euros) | | | |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 72.126,42 € | 74.020,50 € |
| Propriedades de investimento | | - € | - € |
| Ativos intangíveis | | - € | - € |
| Investimentos financeiros | 5 | 106,82 € | 27,50 € |
| Acionistas/sócios | | - € | - € |
| Total do Ativo não corrente | | 72.233,24 € | 74.048,00 € |
| Ativo Corrente | | | |
| Inventários | | - € | - € |
| Clientes | 7 | 7.512,43 € | 49,27 € |
| Adiantamentos a fornecedores | | - € | - € |
| Estados e outros entes públicos | | - € | 936,47 € |
| Acionistas/sócios | 6 | 47.255,76 € | 36.857,86 € |
| Outras contas a receber | 9 | 27.121,31 € | 28.194,19 € |
| Diferimentos | 10 | 64,69 € | 155,45 € |
| Outros ativos financeiros | | - € | - € |
| Caixa e depósitos bancários | 11 | 6.077,90 € | 13.235,08 € |
| Total do Ativo corrente | | 88.032,09 € | 79.428,32 € |
| Total do ativo | | 160.265,33 € | 153.476,32 € |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital realizado | 12 | 50.000,00 € | 50.000,00 € |
| Ações (quotas) próprias | | - € | - € |
| Outros instrumentos de capital próprio | | - € | - € |
| Prémios de emissão | | - € | - € |
| Reservas legais | 13 | 6.192,44 € | 5.646,96 € |
| Outras reservas | 13 | 13.571,14 € | 11.389,21 € |
| Resultados transitados | 14 | 50.524,68 € | 45.615,33 € |
| Excedentes de revalorização | | - € | - € |
| Outras variações no capital próprio | | - € | - € |
| | | 120.288,26 € | 112.651,50 € |
| Resultado líquido do período | 15 | 12.528,48 € | 10.909,66 € |
| Total do capital próprio | 15 | 132.816,74 € | 123.561,16 € |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | | - € | - € |
| Financiamentos obtidos | 16 | 5.050,70 € | 12.248,46 € |
| Outras contas a pagar | | - € | - € |
| Total do Passivo não corrente | | 5.050,70 € | 12.248,46 € |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 18 | 1.802,20 € | 49,20 € |
| Adiantamentos de clientes | | - € | - € |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 2.997,18 € | 1.427,90 € |
| Acionistas/sócios | | - € | - € |
| Financiamentos obtidos | 16 | 7.203,72 € | 7.209,68 € |
| Diferimentos | 10 | 80,49 € | 342,07 € |
| Outras contas a pagar | 17 | 10.314,30 € | 8.637,85 € |
| Outros passivos financeiros | | - € | - € |
| Total do Passivo corrente | | 22.397,89 € | 17.666,70 € |
| Total do passivo | | 27.448,59 € | 29.915,16 € |
| Total do capital próprio e do passivo | | 160.265,33 € | 153.476,32 € |

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2016
 O Técnico Oficial de Contas,

Cláudia Susana Pereira

A Gerência,

J. Neves D.

Demonstração dos Resultados por Naturezas
Período Findo em 31 de Dezembro de 2015

| | <u>NOTAS</u> | <u>31 Dez 2015</u> | <u>31 Dez 2014</u> |
|---|--------------|------------------------------|--------------------|
| | | (Valores expressos em Euros) | |
| RENDIMENTOS E GASTOS | | | |
| Vendas e serviços prestados | 19 | 81.847,16 € | 79.038,34 € |
| Subsídios à exploração | | - € | - € |
| Variação nos inventários da produção | | - € | - € |
| Trabalhos para a própria entidade | | - € | - € |
| Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | - € | - € |
| Fornecimentos e serviços externos | 20 | 16.128,21 € | 19.656,10 € |
| Gastos com o pessoal | 21 | 49.685,55 € | 40.152,93 € |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões) | | - € | - € |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | | - € | - € |
| Provisões (aumentos/reduções) | | - € | - € |
| Outras imparidades (perdas/reversões) | | - € | - € |
| Aumentos/reduções de justo valor | | - € | - € |
| Outros rendimentos e ganhos | 22 | 5.389,76 € | 982,77 € |
| Outros gastos e perdas | 23 | 2.460,11 € | 2.629,79 € |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos | | 18.963,05 € | 17.582,29 € |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 | 3.354,94 € | 3.086,79 € |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 15.608,11 € | 14.495,50 € |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 24 | 150,94 € | 316,87 € |
| Juros e gastos similares suportados | 24 | 250,25 € | 445,43 € |
| Resultado antes de impostos | | 15.508,80 € | 14.366,94 € |
| Imposto sobre o rendimento do período | | - 2.980,32 € | - 3.457,28 € |
| Resultado líquido do período | | 12.528,48 € | 10.909,66 € |

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2016
 O Técnico Oficial de Contas,

Blanche Susana Pereira

A Gerência,

J. Neves D.
 J. NEVES D. - Lda
 CORRETOR DE SEGUROS

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio
No Período de Janeiro a Dezembro de 2015

| DESCRÇÃO | NOTAS | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe | | | | | | | | | | Total do Capital Próprio | | |
|--|-------|--|-------------------------|--|--------------------|-----------------|-----------------|-------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------|
| | | Capital Realizado | Ações (quotas) próprias | Cultos instrumentos de capital próprio | Prémios de emissão | Reservas legais | Cultos reservas | Resultados transferidos | Ajustamentos em activos financeiros | Excedentes de revalorização | Cultos variações do próprio | | Resultados líquidos do período | Total |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO | 14 | 50.000,00 € | - | - | - | 5.646,96 € | 11.389,21 € | 45.615,33 € | - | - | 10.909,66 € | 123.561,16 € | - | 123.561,16 € |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| Primeira adopção de novo referencial contabilístico | | | | | | | | | | | | | | |
| Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | | | | | | | | |
| Diferenças de converção de demonstrações financeiras | | | | | | | | | | | | | | |
| Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis | | | | | | | | | | | | | | |
| Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações | | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | | | | | | | | | | | | | |
| Cultas alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL ALTERAÇÕES DO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| RESULTADO INTEGRAL | | | | | | | | | | | | | | |
| OPERAÇÕES COM DEBENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| Emissões de capital | | | | | | | | | | | | | | |
| Realizações de prémios de emissão | | | | | | | | | | | | | | |
| Distribuições | | | | | | | | | | | | | | |
| Emissões para cobertura de perdas | | | | | | | | | | | | | | |
| Cultas operações | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL OPERAÇÕES DEBENTORES DE CAPITAL | 13 | | | | | 545,48 € | 2.181,93 € | 4.909,35 € | - | - | - | 10.909,66 € | - | 3.272,90 € |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO | 14 | 50.000,00 € | - | - | - | 6.192,44 € | 13.571,14 € | 50.524,68 € | - | - | 12.528,48 € | 136.089,64 € | - | 132.816,74 € |

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2016
 O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

Márcia Juliana Pereira
 J. Neves D. - Unip., Lda
 Associação de Seguros
 A Gerência

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período Findo em 31 de Dezembro de 2015

NOTAS **31 Dez 2015** **31 Dez 2014**
 (Valores expressos em Euros)

Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto

| | | | |
|---------------------------|---|-------------|-------------|
| Recebimentos de clientes | | 56.180,00 € | 63.330,80 € |
| Pagamentos a fornecedores | - | 1.660,34 € | 1.510,15 € |
| Pagamentos ao pessoal | - | 34.406,30 € | 26.776,84 € |

Caixa gerada pelas operações **20.113,36 €** **35.043,81 €**

| | | | |
|--|---|-------------------|--------------------|
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | - | 1.992,00 € | 4.947,23 € |
| Outros recebimentos/pagamentos | - | 14.195,90 € | 9.508,17 € |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | 3.925,46 € | 20.588,41 € |

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Pagamentos respeitantes a:

| | | | |
|---------------------------|----------|--------------|-----|
| Ativos fixos tangíveis | 4 | - 1.460,86 € | - € |
| Ativos intangíveis | | - € | - € |
| Investimentos financeiros | | - € | - € |
| Outros activos | | - € | - € |

Recebimentos provenientes de:

| | | | |
|-------------------------------|-----------|----------|----------|
| Ativos fixos tangíveis | | - € | - € |
| Ativos intangíveis | | - € | - € |
| Investimentos financeiros | | - € | - € |
| Outros ativos | | - € | - € |
| Subsídios ao investimento | | - € | - € |
| Juros e rendimentos similares | 24 | 150,94 € | 162,77 € |
| Dividendos | | - € | - € |

Fluxos de caixa das actividades de investimento (2) **- 1.309,92 €** **162,77 €**

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:

| | | | |
|--|--|-----|----------|
| Financiamentos obtidos | | - € | - € |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | - € | - € |
| Cobertura de prejuízos | | - € | - € |
| Doações | | - € | - € |
| Outras operações de financiamento | | - € | 154,10 € |

Pagamentos respeitantes a:

| | | | |
|---|-----------|--------------|------------|
| Financiamentos obtidos | 16 | - 7.203,72 € | 7.699,29 € |
| Juros e gastos similares | 24 | - 250,25 € | 445,53 € |
| Dividendos | | - € | - € |
| Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | - € | - € |
| Outras operações de financiamento | | - 2.318,75 € | 3.442,85 € |

Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3) **- 9.772,72 €** **11.433,57 €**

| | | | |
|---|-----------|---------------------|--------------------|
| Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | - 7.157,18 € | 9.317,61 € |
| Efeito das diferenças de câmbio | | - € | - € |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 11 | 13.235,08 € | 3.917,47 € |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 11 | 6.077,90 € | 13.235,08 € |

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2016

O Técnico Oficial de Contas,

Blanche Susana Peixoto R.

A Gerência,

J. Neves D. Unip., Lda
 Companhia de Seguros
 A Gerência

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício de dois mil e quinze, o relatório de gestão da sociedade comercial por quotas **J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda.**

1 - CONDIÇÕES DE MERCADO

As diversas alterações legislativas introduzidas no setor onde a empresa se insere, vieram fomentar a competitividade entre mediadores assim como entre as diferentes Companhias de Seguros. Este facto aliado à crise económica e financeira instalada no país, faz com que seja necessário inovar e estar atento às oportunidades que possam surgir. Para o efeito, torna-se necessário que toda a organização seja uma equipa e adote um comportamento pró-ativo.

Contudo já se "ouve falar" na retoma e no crescimento do mercado, a possível saída da crise. Até agora conseguimos nos manter a laborar a bom ritmo, apesar de toda a envolvente oscilar, o que nos parece tudo incerto e efémero.

Procurámos ainda obter melhor rentabilidade com a carteira existente. Congratulamo-nos com os resultados contabilísticos do ano que, de certa forma, espelham o sucesso das nossas iniciativas.

2 - INVESTIMENTOS

A empresa tem adquirido o que é necessário e indispensável ao bom funcionamento da sua atividade.

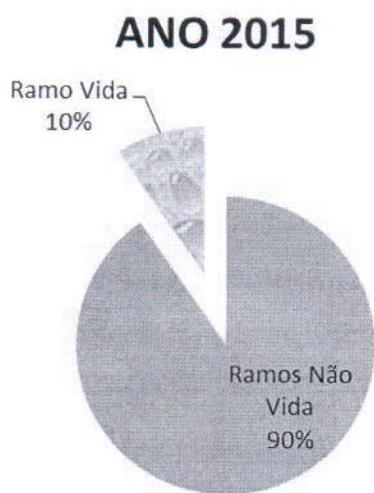
No final do ano de 2015, a empresa foi aceite como corretora de seguros pela entidade reguladora deste setor, a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (EX - Instituto de Seguros de Portugal).

Em 2016 vamos manter inalterada a nossa atuação, mantendo os níveis de contenção da despesa, continuando a cativar os clientes mais estáveis e apostando em seguradoras que nos apoiem a todos os níveis.

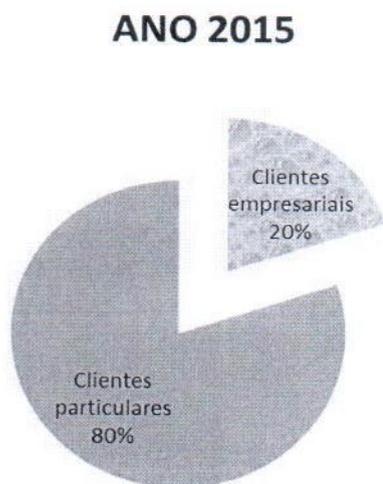
3 – GANHOS E GASTOS - SÍNTESE DA ATIVIDADE

A sociedade apresenta-se no mercado como corretora de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Neste exercício o volume de negócios atingiu o montante de 81.847,16€ dizendo respeito ao desenvolvimento da atividade da empresa, unicamente, a mediação de seguros.

Constatou-se assim um acréscimo de cerca 4% relativamente ao exercício anterior. O Ramo Vida representou cerca de 10% do volume de negócios da empresa em 2015.



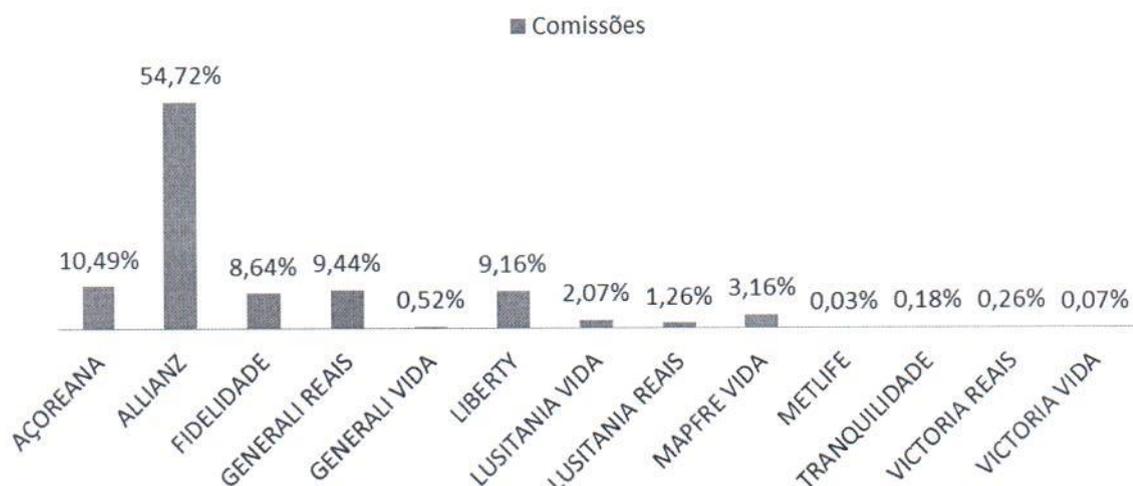
No que diz respeito à estrutura da nossa base de dados, no que diz respeito a clientes particulares e empresariais, este último tem um peso de cerca de 20%.



Yaka

Quanto às comissões recebidas por Companhia, a nossa carteira encontra-se assim distribuída:

Comissões por Companhia de Seguros



Os gastos atingiram o montante de 71.879,06€ e os ganhos atingiram o valor total de 87.387,86€, o que originou um resultado líquido positivo de 12.528,48€ tendo-se registado um imposto sobre o rendimento de 2.980,32€.

Da análise aos gastos e proveitos merecem ainda relevo os seguintes pontos:

- Os fornecimentos e serviços externos têm um peso aproximado de 22% na estrutura de custos da empresa.
- Os custos com o pessoal têm um peso aproximado de 69% na estrutura de custos da empresa, e corresponde ao pagamento de salários, e respetivos encargos, em média a cinco pessoas.

4 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

5 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

A sociedade tem como objetivo a continuidade da empresa, consolidando a posição competitiva de mercado.

6 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Cumprindo as respetivas disposições legais, referimos que à data de 31 de Dezembro de 2015 não existiam débitos ao Estado cujo pagamento estivesse em mora, dado que todos os impostos e contribuições têm sido pontualmente pagos.

7 – PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência da sociedade propõe que o Resultado Líquido positivo apurado, no valor de 12.528,48€, seja assim transferido:

5% para Reservas Legais, o valor de 626,42€;

20% para Reservas Livres, o valor de 2.505,70€;

O remanescente, no valor de 9.396,36€, para a conta de Resultados Transitados.

8 – AGRADECIMENTOS

Finalmente queremos deixar uma palavra de apreço aos nossos clientes, fornecedores e banca, e a todos os colaboradores da empresa pela dedicação, competência e compreensão demonstrados.

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2016

A Gerência,
J. Neves D., Unip., Lda
Corretora de Seguros
A Gerência

J. NEVES D. – CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoAL, LDA

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015**

(Valores expressos em Euros)

1. Nota introdutória

A Empresa **J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda.** foi constituída em Janeiro de 2006 como empresa mediadora de seguros, tem a sua sede na Avenida da República, n.º 1786 – 1º Sala 1, em Vila Nova de Gaia.

Em Setembro de 2015 passou a sociedade corretora de seguros, categoria estabelecida pela entidade reguladora deste setor, a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (EX - Instituto de Seguros de Portugal).

A empresa tem como atividade principal exclusivamente a mediação de seguros, conforme legislação vigente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2011 as demonstrações financeiras da empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de

Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A entidade adotou o valor de custo como critério valorimétrico dos seus ativos fixos tangíveis.

O SNC não contempla a existência de resultados extraordinários.

Nos termos dessa norma, a transição para as NCRF não produziram efeitos do qual resultasse quaisquer ajustamentos.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| | Anos de vida útil |
|--------------------------------|----------------------|
| Edifícios e outras construções | 5 - 20 |
| Equipamento básico | 4 - 8 |
| Equipamento de transporte | 3 - 7 |
| Ferramentas e utensílios | 3 - 7 |
| Equipamento administrativo | 2 - 10 |
| Outros activos fixos tangíveis | 1 - 4 |

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a três anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital

de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwil", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até € 15.000.00, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

JK

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2008 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.7. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa.

O rédito decorrente da prestação de serviços é reconhecido da demonstração de resultados, líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito decorrente das prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da prestação do serviço ou quanto à cobrança da prestação do serviço.

A empresa procede ao registo das comissões (rédito) geradas com a atividade no momento em que procede à prestação de contas com a seguradora. Altura em que também procede à entrega do prémio líquido da comissão à respetiva Companhia de Seguros.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Handwritten mark

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2014 e de 2015 foi o seguinte:

| 31 de Dezembro de 2014 | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------------|--------------------------|-----------------|----------------|----------------|-------------------------|
| | Saldo em 01-Jan-2014 | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo em 31-Dez-2014 |
| Custo: | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 86.545 | - | - | - | - | 86.545 |
| Equipamento básico | - | - | - | - | - | - |
| Equipamento de transporte | 39.950 | - | (39.950) | - | - | - |
| Equipamento administrativo | 9.831 | - | - | - | - | 9.831 |
| Outros activos fixos tangíveis | 2.148 | - | - | - | - | 2.148 |
| Investimentos em curso | - | - | - | - | - | - |
| | <u>138.474</u> | <u>-</u> | <u>(39.950)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>98.524</u> |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 11.150 | 2.167 | - | - | - | 13.317 |
| Equipamento básico | - | - | - | - | - | - |
| Equipamento de transporte | 29.963 | - | (29.963) | - | - | - |
| Equipamento administrativo | 8.544 | 764 | - | - | - | 9.308 |
| Outros activos fixos tangíveis | 1.722 | 157 | - | - | - | 1.879 |
| | <u>51.379</u> | <u>3.087</u> | <u>(29.963)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>24.503</u> |
| 31 de Dezembro de 2015 | | | | | | |
| | Saldo em 01-Jan-2015 | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo em 31-Dez-2015 |
| Custo: | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 86.545 | - | - | - | - | 86.545 |
| Equipamento básico | - | - | - | - | - | - |
| Equipamento de transporte | - | - | - | - | - | - |
| Equipamento administrativo | 9.831 | 1.460 | - | - | - | 11.291 |
| Outros activos fixos tangíveis | 2.148 | - | - | - | - | 2.148 |
| Investimentos em curso | - | - | - | - | - | - |
| | <u>98.524</u> | <u>1.460</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>99.983</u> |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 13.317 | 2.167 | - | - | - | 15.483 |
| Equipamento básico | - | - | - | - | - | - |
| Equipamento de transporte | - | - | - | - | - | - |
| Equipamento administrativo | 9.307 | 920 | - | - | - | 10.227 |
| Outros activos fixos tangíveis | 1.879 | 268 | - | - | - | 2.148 |
| | <u>24.503</u> | <u>3.355</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>27.858</u> |

5. Outros ativos financeiros

Em 1 de outubro de 2013 a Lei 70/2013, de 30 de agosto, criou dois fundos de compensação de trabalho, com o intuito de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação de contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

O FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) é um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e é calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

| | <u>31-Dez-2015</u> | <u>31-Dez-2014</u> |
|------------------|--------------------|--------------------|
| Saldo FCT | 107 | 28 |

6. Acionistas/Sócios

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Acionistas/Sócios" apresentava os seguintes saldos:

| | <u>31-Dez-2015</u> | | <u>31-Dez-2014</u> | |
|-------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> |
| Ativo | | | | |
| Outros saldos devedores | - | 47.256 | - | 36.858 |
| | - | 47.256 | - | 36.858 |
| Passivo | | | | |
| Outros saldos credores | - | - | - | - |
| | - | - | - | - |

7. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

| | <u>31-Dez-2015</u> | | <u>31-Dez-2014</u> | |
|----------------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> |
| Clientes | | | | |
| Clientes conta corrente | - | 7.512 | - | 49 |
| Clientes conta títulos a receber | - | - | - | - |
| Clientes factoring | - | - | - | - |
| Clientes de cobrança duvidosa | - | - | - | - |
| | - | 7.512 | - | 49 |
| Perdas por imparidade acumuladas | - | - | - | - |
| | - | 7.512 | - | 49 |

Val

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de Dezembro de 2015 apresentava-se como segue:

| | <u>0-30 dias</u> | <u>31-60 dias</u> | <u>61-60 dias</u> | <u>> 90 dias</u> | <u>Total</u> |
|------------------------|------------------|-------------------|-------------------|---------------------|--------------|
| Cientes conta corrente | 7.512 | - | - | - | 7.512 |
| Cientes outros | - | - | - | - | - |
| | <u>7.512</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>7.512</u> |

Esta conta retrata faturas emitidas, da empresa às Seguradoras, relativo a comissões ainda por receber. Visto que com regularidade a empresa recebe o prémio total dos seguros, deduz a respetiva comissão e transfere para a Seguradora o remanescente.

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

| | <u>31-Dez-2015</u> | <u>31-Dez-2014</u> |
|--|--------------------|--------------------|
| Ativo | | |
| Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC) | - | 936 |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | - | - |
| Outros impostos e taxas | - | - |
| | <u>-</u> | <u>936</u> |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC) | 962 | - |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | - | - |
| Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS) | 139 | 102 |
| Segurança Social | 1.886 | 1.326 |
| Outros impostos e taxas | 10 | - |
| | <u>2.997</u> | <u>1.428</u> |

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

| | 31-Dez-2015 | | 31-Dez-2014 | |
|----------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | Não corrente | Corrente | Não corrente | Corrente |
| Pessoal | - | - | - | - |
| Seguradoras | - | 27.121 | - | 28.194 |
| Tomadores | - | - | - | - |
| Agentes | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| | - | 27.121 | - | 28.194 |
| Perdas por imparidade acumuladas | - | - | - | - |
| | - | 27.121 | - | 28.194 |

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

| | 31-Dez-2015 | 31-Dez-2014 |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| Diferimentos (Ativo) | | |
| Valores a faturar | - | - |
| Seguros pagos antecipadamente | - | - |
| Juros a pagar | - | - |
| Outros gastos a reconhecer | 65 | 155 |
| | 65 | 155 |
| Diferimentos (Passivo) | | |
| Rendimentos a reconhecer | - | - |
| Outros rendimentos a reconhecer | - | - |
| Outros crescimentos de custos | 80 | 342 |
| | 80 | 342 |

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

| | <u>31-Dez-2015</u> | <u>31-Dez-2014</u> |
|-------------------|--------------------|--------------------|
| Caixa | 700 | 1.315 |
| Depósitos à ordem | 5.378 | 11.920 |
| Outras | - | - |
| | <u>6.078</u> | <u>13.235</u> |

12. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota com o valor nominal de cinquenta mil Euros.

13. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

É política da empresa constituir reservas livres, de 20% do resultado líquido do exercício. Esta conta apresenta um montante de 13.571,14€ e não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

14. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de Março de 2015 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse assim transferido:

- 5% para Reservas Legais, o valor de 545,48€;
- 20% para Reservas Livres, o valor de 2.181,93€;
- 30% para distribuir pelos sócios, no valor de 3.272,90€; e
- o remanescente, no valor de 4.909,35€, para a conta de Resultados Transitados.

Será proposto na Assembleia Geral a realizar em 31 de Março de 2016, que o resultado líquido positivo apresentado neste exercício económico, no valor de 12.528,48€, seja assim transferido:

- 5% para Reservas Legais, o valor de 626,42€;
- 20% para Reservas Livres, o valor de 2.505,70€;
- o remanescente, no valor de 9.396,36€, para a conta de Resultados Transitados.

15. Capitais próprios

Os movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios foram os seguintes:

| <u>Variações nos capitais próprios</u> | <u>Saldo Inicial</u> | <u>Aumentos</u> | <u>Aplicações</u> | <u>Saldo Final</u> |
|--|----------------------|-----------------|-------------------|--------------------|
| Capitais | 50.000 | - | - | 50.000 |
| Prestações Suplementares | - | - | - | - |
| Reservas Legais | 5.647 | 545 | - | 6.192 |
| Outras Reservas | 11.389 | 2.182 | - | 13.571 |
| Resultados Transitados | 45.615 | 4.909 | - | 50.525 |
| Resultados Líquidos | 10.910 | 12.528 | 10.910 | 12.528 |
| | 123.561 | 20.165 | 10.910 | 132.817 |

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

| | 31-Dez-2015 | | 31-Dez-2014 | |
|-----------------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> |
| Empréstimos bancários m.l.prazo | - | - | - | - |
| Contas caucionadas | - | - | - | - |
| Descobertos bancários contratados | - | - | - | - |
| Locações financeiras | - | - | - | - |
| Outros empréstimos (i) | 5.051 | 7.204 | 12.248 | 7.210 |
| | 5.051 | 7.204 | 12.248 | 7.210 |

(i) O empréstimo obtido junto da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A., serviu para adquirir as instalações que servem de sede à empresa. Inicialmente contraído em nome individual - porque a empresa veio dar continuidade à atividade que vinha desempenhando desde 1989 – o empréstimo foi renegociado em 2009, e responsabilizada a empresa pelo empréstimo simultaneamente com a aquisição formal (em nome da empresa) do bem inerente.

O empréstimo é reembolsável de acordo com um contrato. No entanto, verifica-se "facilidades" no prazo de reembolso, por se tratar de empresa cliente, onde existe relações comerciais diárias.

Os financiamentos obtidos não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

| <u>Prazos de reembolso</u> | <u>31-Dez-2015</u> |
|----------------------------|--------------------|
| Menos de um ano | 7.204 |
| 1 a 2 anos | 5.051 |

17. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

| | <u>31-Dez-2015</u> | | <u>31-Dez-2014</u> | |
|-------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> | <u>Não corrente</u> | <u>Corrente</u> |
| Remunerações a liquidar | - | 7.385 | - | 6.391 |
| Pessoal | - | 2.929 | - | 2.247 |
| Seguradoras | - | - | - | - |
| Tomadores | - | - | - | - |
| Agentes | - | - | - | - |
| Pessoal | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | - | - | - | - |
| | <u>-</u> | <u>10.314</u> | <u>-</u> | <u>8.638</u> |

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

| | <u>31 Dez 2015</u> | <u>31 Dez 2014</u> |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Fornecedores conta corrente | 1.802 | 49 |
| Fornecedores conta títulos a pagar | - | - |
| Fornecedores receção e conferência | - | - |
| Fornecedores outros | - | - |
| | <u>1.802</u> | <u>49</u> |

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2015 apresentava-se como segue:

| | <u>0-30 dias</u> | <u>31-60 dias</u> | <u>61-90 dias</u> | <u>> 90 dias</u> | <u>Total</u> |
|-----------------------------|------------------|-------------------|-------------------|---------------------|--------------|
| Fornecedores conta corrente | 1.802 | - | - | - | 1.802 |
| Fornecedores outros | - | - | - | - | - |
| | <u>1.802</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>1.802</u> |

19. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2014 e de 2015 foram como segue:

| | <u>31-Dez-2015</u> | | | <u>31-Dez-2014</u> | | |
|-----------------------|------------------------|------------------------|---------------|------------------------|------------------------|---------------|
| | <u>Mercado Interno</u> | <u>Mercado Externo</u> | <u>Total</u> | <u>Mercado Interno</u> | <u>Mercado Externo</u> | <u>Total</u> |
| Vendas de mercadorias | - | - | - | - | - | - |
| Prestação de serviços | 81.847 | - | 81.847 | 79.038 | - | 79.038 |
| | <u>81.847</u> | <u>-</u> | <u>81.847</u> | <u>79.038</u> | <u>-</u> | <u>79.038</u> |

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 foi a seguinte:

| | <u>31-Dez-2015</u> | <u>31-Dez-2014</u> |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Subcontratos | - | - |
| Serviços especializados | 6.121 | 7.983 |
| Materiais | 1.357 | 2.062 |
| Energia e fluídos | 1.429 | 2.432 |
| Deslocações, estadas e transportes | 940 | 1.962 |
| Serviços diversos (*) | 6.281 | 5.216 |
| Comunicação | 2.340 | 2.280 |
| Despesas de Representação | 868 | 784 |
| Limpeza, higiene e conforto | 1.464 | 1.350 |
| Outros | 1.609 | 802 |
| | <u>16.128</u> | <u>19.656</u> |

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 foi a seguinte:

| | <u>31-Dez-2015</u> | <u>31-Dez-2014</u> |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | - | - |
| Remunerações do pessoal | 40.113 | 32.266 |
| Benefícios pós-emprego | - | - |
| Indemnizações | - | - |
| Encargos sobre remunerações | 8.832 | 7.148 |
| Seguros | 266 | 274 |
| Gastos de acção social | - | - |
| Outros gastos com pessoal | 474 | 464 |
| | <u>49.686</u> | <u>40.153</u> |
| N.º médio de empregados | <u>5</u> | <u>5</u> |

Handwritten mark

22. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015, foram como segue:

| | <u>31-Dez-2015</u> | <u>31-Dez-2014</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| Rendimentos suplementares | - | - |
| Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros | - | - |
| Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros | - | 13 |
| Outros rendimentos e ganhos | 5.390 | 970 |
| | <u>5.390</u> | <u>983</u> |

A rubrica "outros rendimentos e ganhos", na sua maioria, regista o valor do subsídio recebido. Trata-se de uma Medida de Estágios de Emprego promovida, realizados e financiados pelo IEFP – Instituto de Emprego e formação Profissional.

23. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015, foram como segue:

| | <u>31-Dez-2015</u> | <u>31-Dez-2014</u> |
|------------------------|--------------------|--------------------|
| Impostos | 1.822 | 2.493 |
| Dividas incobráveis | - | - |
| Perdas em inventários | - | - |
| Outros gastos e perdas | 638 | 137 |
| | <u>2.460</u> | <u>2.630</u> |

O valor mensurado na conta de impostos diz respeito ao valor retido de imposto do selo incidente sobre as comissões obtidas.

A rubrica "outros gastos e perdas", na sua maioria, regista valor da quotização paga para fazer parte do grupo BNI. Esta entidade promove a troca de referências de negócio entre empresas dos mais diversos sectores e ajudam a desenvolver relações pessoais com dezenas de outros profissionais qualificados nas mais variadas áreas de negócio.

24. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2014 e de 2015, tinham a seguinte composição:

| | 31-Dez-2015 | 31-Dez-2014 |
|--|-------------|--------------|
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros obtidos | 107 | 163 |
| Dividendos obtidos | - | - |
| Outros rendimentos similares | 44 | 154 |
| | 151 | 317 |
| Juros e gastos similares suportados | | |
| Juros suportados | 250 | 445 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | - | - |
| Outros gastos e perdas de financiamento | - | - |
| | 250 | 445 |
| Resultados financeiros | (99) | (129) |

25. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. Informações exigidas por diplomas legais

A Gerência informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais informa que, no âmbito da alteração da empresa para corretor de seguros, foi prestada garantia bancária por ordem da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, através do Banco Popular, no valor de 18.760,00€.

27. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Norma Regulamentar n.º 15/2009, de 30 de dezembro

As alíneas ausentes nesta nota não são aplicáveis à empresa.

a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação incluída na Nota 3.12 – Rédito e regime do acréscimo.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

| REMUNERAÇÕES (€) | | | | | |
|------------------|------------|-------------|----------|-------------------|----------------------|
| RAMO | | | ORIGEM | | |
| FUNDOS | VIDA | NÃO VIDA | CLIENTES | OUTROS MEDIADORES | COMPANHIA DE SEGUROS |
| - € | 7.986,75 € | 73.860,41 € | - € | - € | 81.847,16 € |

| REMUNERAÇÕES (€) | | | | |
|------------------|------------|-------------|------------|---------------------|
| NATUREZA | | TIPO | | |
| EM DINHEIRO | EM ESPÉCIE | COMISSÕES | HONORÁRIOS | OUTRAS REMUNERAÇÕES |
| 81.847,16 € | - € | 81.847,16 € | - € | - € |

JND

c) Total das remunerações relativas a contratos de seguros desagregados por Fundos de pensões, Ramos Vida e Ramos Não Vida e por origem

| COD. ASF | COMPANHIA DE SEGUROS | REMUNERAÇÕES (€) | | | TRANSFERÊNCIA DE VALORES | |
|----------|----------------------|------------------|------------|---------------|-------------------------------------|------------------------------------|
| | | FUNDOS PENSÕES | RAMO VIDA | RAMO NÃO VIDA | Para entrega a Companhia de Seguros | Entregues por Companhia de Seguros |
| 1001 | AÇOREANA | - € | 68,02 € | 8.514,28 € | - | - € |
| 1028 | ALLIANZ | - € | 7.413,12 € | 37.373,51 € | 836,29 € | - € |
| 1011 | FIDELIDADE | - € | - € | 7.068,67 € | 15.592,56 € | - € |
| 1194 | GENERALI REAIS | - € | - € | 7.728,52 € | 1.393,36 € | - € |
| 1021 | GENERALI VIDA | - € | 424,38 € | - € | 6.602,87 € | - € |
| 1010 | LIBERTY | - € | - € | 7.500,20 € | - € | - € |
| 1025 | LUSITANIA VIDA | - € | - € | 1.697,91 € | 2.713,23 € | - € |
| 1026 | LUSITANIA REAIS | - € | - € | 1.032,21 € | - € | - € |
| 1186 | MAPFRE VIDA | - € | - € | 2.590,24 € | 696,81 € | - € |
| 1189 | METLIFE | - € | 21,14 € | - € | 711,37 € | - € |
| 1037 | TRANQUILIDADE | - € | - € | 144,98 € | - € | - € |
| 1029 | REAL VIDA | - € | - € | - € | 284,26 € | - € |
| 1160 | VICTORIA REAIS | - € | - € | 209,89 € | - € | - € |
| 1096 | VICTORIA VIDA | - € | 60,09 € | - € | 36,86 € | - € |
| | | - € | - € | - € | - € | - € |

d) Nível de concentração de remunerações auferidas pela carteira

Comissões por Companhia de Seguros



No primeiro ano em que apresentamos as contas como corretores, as comissões auferidas durante o ano de 2015 apresenta uma concentração superior a 50% a uma Companhia de Seguros

e) Contas a receber e a pagar desagregadas por natureza

| Por Natureza | 31 - DEZ - 2015 | |
|--|--------------------|--------------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar |
| Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios | 0,00 € | 0,00 € |
| Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguros já cobrados e por cobrar | 0,00 € | 0,00 € |
| Outras quantias: | | |
| - Saldo conta-corrente tomadores | 0,00 € | 0,00 € |
| - Saldo conta-corrente agentes | 0,00 € | 0,00 € |
| - Saldo conta-corrente seguradoras | 27.121,31 € | 0,00 € |
| - Credores por acréscimos de gastos | 0,00 € | 7.384,85 € |
| - Outros / pessoal | 0,00 € | 2.929,45 € |
| Totais | 27.121,31 € | 10.314,30 € |

f) Idade das contas a receber vencidas no final do exercício

| ANO DE VENCIMENTO | AGENTES | | TOMADORES | | OUTROS | |
|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | COM IMPARIDADE | SEM IMPARIDADE | COM IMPARIDADE | SEM IMPARIDADE | COM IMPARIDADE | SEM IMPARIDADE |
| 2015 | - € | - € | - € | - € | - € | 27.121,31 € |

Não foi reconhecida qualquer imparidade por se tratarem de Companhias de Seguros com pagamentos regulares de prémios e sobre os quais podemos agir de momento.

g) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representam, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

| Fundos de Pensões | Ramo Vida | Ramos Não Vida | Cod. ASF | Companhia de Seguros | % Comissões |
|-------------------|------------|----------------|----------|----------------------|-------------|
| - € | 68,02 € | 8.514,28 € | 1001 | AÇOREANA | 10,49% |
| - € | 7.413,12 € | 37.373,51 € | 1028 | ALLIANZ | 54,72% |
| - € | - € | 7.068,67 € | 1011 | FIDELIDADE | 8,64% |
| - € | - € | 7.728,52 € | 1194 | GENERALI REAIS | 9,44% |
| - € | - € | 7.500,20 € | 1010 | LIBERTY | 9,16% |

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2016

A Gerência,

J. Neves D. - Unip., Lda
Corretor de Seguros
A Gerência

